



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Howard, nº 200 – Centro - Buri/SP - CEP 18290-000

Fone: (15) 3546-2405/3546-3391

E-mail: educacao@buri.org.br

RESOLUÇÃO SME Nº 07, 16 de novembro de 2021.

Dispõe sobre o processo de atribuição anual de classes, aulas e turmas ao pessoal docente do Quadro do Magistério para o ano letivo de 2022.

A Secretária Municipal da Educação, tendo em vista a Lei Municipal nº 926/2017 que Dispõe sobre o Estatuto, Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica da Prefeitura de Buri, bem como as diretrizes estabelecidas para a Educação Básica pela Lei nº 9.394/96 (L.D.B.), e

Considerando a necessidade de estabelecer normas, critérios e procedimentos que assegurem a legalidade e a transparência do processo de atribuição de classes, aulas e turmas;

Considerando a Lei Federal nº 14.040/2020, Decreto Legislativo nº 6/2020 e Parecer CNE/CP nº 6/2021, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública;

Resolve:

SEÇÃO I

Das Disposições Preliminares

Artigo 1º Compete a Secretária Municipal de Educação, designar Comissão de Atribuição de Classes, Aulas e Turmas para execução, coordenação, acompanhamento e supervisão do processo que estará sob sua responsabilidade, em todas as suas fases e etapas.

Artigo 2º Compete ao Diretor de Escola, observadas as normas legais e respeitada a classificação dos docentes, por campo de atuação, atribuir as classes e/ou as aulas da Unidade Escolar (UE), no processo inicial para o ano letivo de 2022.

§ 1º Deverá ser disponibilizada vaga em períodos alternados a docente em situação de acumulação de cargos, quando ambos integrarem o quadro desta Secretaria Municipal de Educação (SME), evitando com isso que o docente se torne adido.

§ 2º As classes e aulas da unidade escolar deverão ser atribuídas com observância ao perfil de cada professor e considerando experiência e desempenho anteriores, a fim de imprimir maior adequação e eficácia à atribuição, visando a otimizar resultados no processo de ensino e aprendizagem.

§ 3º - Aos docentes que tiverem sido atribuídas classes de Educação Infantil e Ensino Fundamental I participantes do Programa Tempo de Aprender, **deverão** no decorrer do ano letivo participar da formação oferecida em virtude do convênio firmado entre o município de Buri e o Governo Federal.

Artigo 3º Para efeitos do que dispõe a presente resolução, consideram-se campos de atuação referentes às classes ou às aulas a serem atribuídos, os seguintes âmbitos da Educação Básica:

I - classes de Educação Infantil de 0 a 03 anos (período integral ou alternado) – campo de atuação relativo ao cargo docente de Professor de Desenvolvimento Infantil (PDI);

II - classes de Educação Infantil e Ensino Fundamental I - campo de atuação relativo ao cargo docente de Professor de Educação Básica I (PEB I);

III - aulas de disciplinas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental II - campo de atuação relativo ao cargo docente de Professor de Educação Básica II (PEB II);

IV – Salas de Recursos Multifuncionais – campo de atuação relativo ao cargo docente de Professor de Educação Especial;

V – Atendimento Especializado e/ou Cuidador Especialista – campo de atuação relativo a função de Auxiliar para Atendimento Educacional Especializado.

SEÇÃO II

Da Inscrição

Artigo 4º O Diretor de Escola deverá convocar os docentes da UE, a fim de proceder as suas inscrições, por campo de atuação, referentes ao processo anual de atribuição de classes e de aulas, momento em que irão efetuar opção por redução de jornada /ampliação de jornada / carga suplementar, se titulares de cargo.

Parágrafo único Os docentes que estejam afastados a qualquer título, em especial os licenciados, deverão ser convocados formalmente para efetuar sua inscrição ou se fazer legalmente representar para este fim e também, se necessário, para a atribuição de classe e/ou aulas do processo inicial.

Artigo 5º O cadastro de qualificação de cada docente deverá ser revisto e atualizado anualmente pela Comissão de Atribuição, na seguinte conformidade:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Howard, nº 200 – Centro - Buri/SP - CEP 18290-000

Fone: (15) 3546-2405/3546-3391

E-mail: educacao@buri.org.br

I - em caráter obrigatório, antes da abertura do período de inscrições relativo ao processo de atribuição de classes e aulas, para conferência regular das habilitações e qualificações registradas, mediante análise criteriosa dos títulos e dos históricos dos cursos que lhes sejam correspondentes, implicando a manutenção, exclusão ou inclusão de disciplinas, à vista das matrizes curriculares em vigor.

II - a qualquer tempo, para registro de novas habilitações, que o professor tenha adquirido durante o ano, ou para acertos, verificação de legitimidade e correções, de modo geral, sob pena de responsabilidade.

III - as habilitações apresentadas a qualquer tempo serão consideradas apenas para o ano subsequente, não havendo alteração na classificação do Processo Seletivo no decorrer do ano.

SEÇÃO III
Da Classificação

Artigo 6º Os docentes inscritos para o processo de atribuição de classes e aulas serão classificados, em nível de UE e/ou SME, com observância ao campo de atuação indicado nas respectivas inscrições, na seguinte ordem de prioridade:

- I - titulares de cargo, no próprio campo de atuação;
- II - titulares de cargo, em campo de atuação diverso;
- III - candidatos à admissão.

Artigo 7º Os titulares de cargo serão classificados, na UE e/ou SME, observado o campo de atuação referente às classes ou às aulas a serem atribuídas, na seguinte conformidade:

I - quanto à situação funcional:

- a) titulares de cargos do sistema estadual de ensino, afastados junto ao sistema municipal de ensino por força da municipalização até 31 de dezembro de 2004.
- b) titulares de cargos do sistema municipal de ensino.

II - quanto à habilitação:

- a) na disciplina específica do cargo;
- b) nas disciplinas não específicas da licenciatura do cargo (que conste no histórico o mínimo de 160 horas de estudos – ver Anexo V);
- c) em disciplinas decorrentes de outra (s) licenciatura (s) plena (s).

III - quanto ao tempo de serviço, no campo de atuação da inscrição, com a seguinte pontuação e limites:

- a) no Cargo (no município de Buri): 0,004 por dia, até no máximo 30 pontos;
- b) no Magistério Público do Município de Buri: 0,002 por dia, até no máximo 20 pontos.
- c) no Magistério Público Oficial Municipal e/ou Estadual (Estado de São Paulo): 0,002 por dia, até no máximo 20 pontos.

IV - quanto aos títulos, observado o campo de atuação da inscrição, com a seguinte pontuação para:

- a) Certificado de aprovação em concurso público de provas e títulos para o provimento do cargo do qual é titular (educação básica do município de Buri) - **10 pontos**;
- b) Certificados de conclusão de cursos de licenciatura plena (específico do campo de atuação ou dos componentes curriculares correspondentes às aulas e classes a serem atribuídas, exceto o título que foi utilizado para o provimento do cargo ou atribuição de aulas) – **1 ponto cada**;
- c) Especialização em nível de pós-graduação lato sensu (correspondente à área específica, ou de Educação, exceto o título que foi utilizado para o provimento do cargo) – até **3 pontos (sendo 1 ponto cada)**;
- d) Diploma de Mestre e Doutor, correspondente ao campo de atuação relativo às classes e aulas a serem atribuídas. Não cumulativo: **3 e 4 pontos** respectivamente;
- e) Curso de extensão cultural autorizados por órgãos oficiais dos últimos 5 (cinco) anos, 0,100 a cada conjunto de 30 horas até o máximo de **0,500 pontos**.

§ 1º A contagem do tempo de serviço do docente efetivo, no Magistério Público Oficial, incluirá os períodos trabalhados em funções-atividade anteriores ao ingresso, desde que exercidos no próprio campo de atuação do docente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Howard, nº 200 – Centro - Buri/SP - CEP 18290-000

Fone: (15) 3546-2405/3546-3391

E-mail: educacao@buri.org.br

§ 2º Os titulares de cargo PEB I inscritos para carga suplementar de trabalho em outro campo de atuação PEB II, terão a mesma classificação relativa ao cargo e serão oferecidas as aulas remanescentes do processo de atribuição dos docentes efetivos de cargo PEB II.

§ 3º O tempo de serviço do titular de cargo PEB I, quando trabalhado com aulas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, como carga suplementar de Trabalho Docente, ficará caracterizado como tempo de serviço no próprio campo de atuação.

§ 4º O tempo de serviço do docente, trabalhado em afastamentos a qualquer título, desde que autorizados sem prejuízo de vencimentos, inclusive na condição de readaptado, será computado regularmente para tempo de serviço. O professor readaptado deverá cumprir em hora relógio a quantidade de hora/aula no momento da readaptação.

§ 5º Não será considerado, para fins de classificação do docente aposentado, o tempo de serviço, em qualquer campo de atuação, prestado até a data da aposentadoria.

§ 6º O docente contratado que no decorrer do ano letivo aposentar-se, poderá cumprir seu contrato de trabalho até o término.

§ 7º Na contagem de tempo de serviço, a data-limite da contagem de tempo é sempre 30 de junho do ano precedente ao de referência.

§ 8º - Em casos de empate de pontuação na classificação dos inscritos, o desempate deverá se efetuar na seguinte ordem de prioridade:

- a) com idade mais elevada, desde que igual ou superior a 60 anos, entre aqueles na mesma faixa etária e frente aos demais candidatos, nos termos da Lei Federal nº 10.741/2003;
- b) que obtiver maior pontuação na Contagem de Tempo de Serviço no Magistério;
- c) que obtiver maior pontuação nas questões de Conhecimentos Específicos;
- d) que obtiver maior pontuação nas questões de Conhecimentos Pedagógicos,
- e) que obtiver a maior pontuação nas questões de Legislação do Ensino;
- f) mais idoso entre aqueles com idade inferior a 60 anos.

Artigo 8º A classificação dos docentes candidatos à admissão, observado o campo de atuação da inscrição, dar-se-á por situação funcional, de acordo com a classificação no PS nº 01/2021.

SEÇÃO IV
Da Atribuição

Artigo 9º A atribuição de classes e de aulas, no processo inicial, aos docentes inscritos e classificados nos distintos campos de atuação, consideradas as Fases 1 e 2, de UE e de SME, respectivamente, obedecerá a seguinte ordem sequencial:

I - Fase 1 - de UE - Titulares de cargo para Constituição de Jornada de Trabalho

- a) Dos classificados na unidade escolar;

II - Fase 2 - de SME - Titulares de cargo para:

Constituição de Jornada de Trabalho e Excedentes, na seguinte ordem:

- a) a docentes não totalmente atendidos na Fase 1 (na disciplina específica do cargo);
- b) a docentes não atendidos na alínea "a" (na disciplina não específica da licenciatura do cargo - que conste no histórico o mínimo de 160 horas de estudos);
- c) a docentes não atendidos nas alíneas "a" e "b" (em disciplinas decorrentes de outra licenciatura plena);
- d) Ampliação de Jornada.

III - Fase 1 - de UE - Titulares de cargo para:

- a) Carga Suplementar de Trabalho.

IV - Fase 2 - de SME - Titulares de cargo para:

- a) Carga Suplementar de Trabalho, não atendida na Fase 1;
- b) Carga Suplementar, em outro campo de atuação, não atendida na Fase 1.

V - Fase 2 - de SME- candidatos à admissão para atribuição de carga horária, na seguinte conformidade:

- a) Candidatos à admissão.

§ 1º A jornada do PEB II, poderá ser reduzida para jornada inicial e/ou básica de trabalho, excepcionalmente, para:

I - Compôr jornada em uma única escola;

II - Se houver feito a opção no período de inscrição (conforme artigo 4º);

III - Comprovar acúmulo de cargo;

IV - O docente não for atendido conforme inciso II, alíneas "a", "b" e "c" do caput do

artigo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Howard, nº 200 – Centro - Buri/SP - CEP 18290-000

Fone: (15) 3546-2405/3546-3391

E-mail: educacao@buri.org.br

§ 2º A ampliação da jornada de trabalho dos docentes far-se-á em nível de SME (fase 2) exclusivamente com classes ou com aulas livres, do próprio campo de atuação, conforme o caso, somente podendo ser concretizada com a efetiva assunção do seu exercício em sala de aula, exceto quando os docentes se encontrarem em afastamentos junto aos órgãos centrais, SME e Oficina Pedagógica, situações em que a jornada será ampliada no momento da atribuição.

§ 3º A ampliação da jornada de trabalho dos docentes só poderá ocorrer depois de atendidos todos os docentes pertencentes ao Quadro da SME em suas respectivas jornadas, sejam eles titulares da UE e/ou titulares de outra UE que necessitem constituir jornada em disciplinas decorrentes de outra licenciatura, evitando com isso que um docente venha a se tornar adido.

§ 4º Os docentes declarados adidos ficarão à disposição da Secretaria Municipal de Educação, devendo assumir as substituições docentes relativas ao seu campo de atuação, desde que habilitados. Os mesmos farão jus somente aos pontos e vencimentos relativos aos dias trabalhados.

§ 5º O aumento de carga horária, resultante da atribuição no processo inicial, ao docente que se encontre ou venha a estar, no dia imediato ao da atribuição, em licença ou afastamento a qualquer título, somente será concretizado, para todos os fins, na efetiva assunção de seu exercício.

§ 6º A atribuição de aulas ao PEB II, em nível de SME, **para completar a constituição da jornada em que se encontre incluído**, quando esgotadas as aulas da disciplina específica do cargo, poderá se dar com aulas livres das disciplinas não específicas da mesma licenciatura, porém sempre após atendimento aos titulares de cargo dessas disciplinas em sua respectiva jornada e/ou com disciplinas decorrentes de outra Licenciatura Plena. Em relação à disciplina não específica da mesma licenciatura a análise deverá se processar através do histórico do curso, devendo apresentar, no mínimo, o somatório de 160 (cento e sessenta) horas de estudos de disciplinas afins (conteúdos) da disciplina que será atribuída, que passará a ser identificada como disciplina correlata.

§ 7º O docente titular terá como sede de exercício, a Unidade Escolar onde tiver atribuído o maior número de aulas em sua constituição de jornada, caso isso ocorra em local diverso do qual é lotado será removido automaticamente no ato do processo de atribuição.

§ 8º A jornada de trabalho do docente somente poderá ser constituída com classe ou aulas do ensino regular, vedada a ampliação com aulas de Educação de Jovens e Adultos - E.J.A. e com turmas de Atividades Curriculares Desportivas.

§ 9º As classes ou as aulas atribuídas para constituição das jornadas de trabalho de titulares de cargo, que se encontre em afastamento já concretizado antes do início do processo, estarão disponíveis para atribuição de carga suplementar a docentes titulares, e após, para carga horária do candidato à admissão.

§ 10. O docente que teve atribuída carga suplementar no ano letivo de 2021, e apresentou três faltas seguidas ou cinco faltas interpoladas nas classes correspondentes, ficará impedido de participar da atribuição a título de carga suplementar para o ano letivo de 2022.

§ 11. Para o candidato à admissão, com aulas atribuídas em mais de uma unidade escolar, deverá ser fixada como sede de controle de frequência, por todo o ano letivo, a unidade em que tenham sido atribuídas aulas livres, caso contrário, a maior quantidade de aulas atribuídas em substituição.

§ 12. As aulas da disciplina de Educação Física da Educação Infantil e Ensino Fundamental I, a serem ministradas por docente especialista, nos termos da legislação específica, poderão ser atribuídas a docentes titulares de cargo, para constituição e ampliação de jornada, bem como para carga suplementar de trabalho, e também a docentes candidatos à admissão, para compor carga horária, desde que habilitados na referida disciplina;

§ 13. As classes e/ou as aulas em caráter de substituição, somente poderão ser atribuídas a docentes que venha efetivamente a assumi-las e/ou ministrá-las, sendo expressamente vedada a atribuição de substituições sequenciais, portanto, o docente que vier a afastar-se por 15 dias ou mais seguidos será dispensado automaticamente, tendo seu contrato rescindido.

§ 14. Os docentes que tiverem atribuídas classes e/ou aulas referente a afastamentos sem remuneração, licença saúde, membros de sindicâncias, entre outros; perderão a classe e/ou aulas quando da efetiva assunção e/ou retorno do docente titular, sendo cessado o contrato temporário.

§ 15. Para as classes da APAE, Salas de Recursos Multifuncionais e Atendimento Educacional Especializado e/ou Cuidador Especialista, deverão ser atribuídos a docentes obedecendo a ordem de classificação do PS nº 01/2021.

§ 16. Com relação à habilitação e à qualificação dos docentes e candidatos à admissão inscritos para o processo inicial de atribuição, nos campos de atuação referentes às aulas de Educação Infantil e Ensino Fundamental, deverá ser observada a seguinte ordem de prioridade:

I - a atribuição dar-se-á exclusivamente nos termos do "caput" do artigo 10 e do "caput" do artigo 13 desta resolução, contemplando os inscritos habilitados, de qualquer situação funcional, em todas as faixas de classificação (conforme Anexo I).

II - a atribuição far-se-á, somente com as aulas e as classes remanescentes da Etapa I, aos inscritos qualificados nos termos do § 1º do artigo 10 e do artigo 14 desta Resolução.

§ 17. Encerrada a atribuição da Etapa II do processo inicial, aos inscritos no referido processo, que tenham interesse e condições de suprir as unidades escolares com carência de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Howard, nº 200 – Centro - Buri/SP - CEP 18290-000

Fone: (15) 3546-2405/3546-3391

E-mail: educacao@buri.org.br

professores para iniciar o ano letivo e no seu decorrer, sem vínculo empregatício, o chamamento será realizado pela SME, se inferior a 15 (quinze) dias, observando o campo de atuação relativo à vaga e a habilitação/qualificação dos inscritos, **não havendo obrigatoriedade de seguir a classificação por tratar - se de caráter eventual e emergencial.**

§ 18. A atribuição ocorrerá de acordo com o cronograma do Anexo III desta Resolução.

Artigo 10. A atribuição de aulas de disciplinas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, em nível de SME, tanto no processo inicial, quanto durante o ano, far-se-á aos inscritos devidamente habilitados, portadores de diploma de licenciatura plena na disciplina a ser atribuída (conforme ANEXO I e V desta Resolução).

§ 1º. Esgotadas as possibilidades de atribuição nos termos do "caput" deste artigo, as aulas que remanescerem poderão ser atribuídas, conforme segue:

1 - aos portadores de diploma de licenciatura plena na disciplina não específica, atendendo ao mínimo de 160 horas de aproveitamento de estudos na disciplina a ser atribuída. (conforme ANEXO I e V desta Resolução);

§ 2º Se ainda comprovada a necessidade, os docentes ou estudantes poderão lecionar, na seguinte conformidade:

1 - se portadores de diploma de licenciatura plena em disciplina diversa, atendendo ao mínimo de 160 horas de aproveitamento de estudos na disciplina a ser atribuída;

2 - se alunos de curso regular de licenciatura plena, na disciplina específica da licenciatura, que já tenham cumprido, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do curso (conforme ANEXO I e V desta Resolução);

3 - se alunos de curso regular de licenciatura plena, na disciplina específica da licenciatura, que se encontrem no 3º semestre do curso;

§ 3º Os alunos, a que se referem os parágrafos anteriores, **deverão comprovar**, no momento da inscrição e de cada atribuição durante o ano, matrícula para o respectivo curso, bem como a efetiva frequência, no semestre correspondente, mediante documentos (**atestado/declaração**) expedidos pela instituição de ensino superior que estiver fornecendo o curso.

§ 4º Na atribuição de aulas da disciplina de Educação Física do Ensino Fundamental, em observância à Lei nº 10.793/2003, não poderá ser aplicado às disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo. Somente terá aula atribuída docente portador de diploma de licenciatura plena em **Educação Física com CREF.**

§ 5º Na atribuição de aulas da disciplina de Arte, poderá ser acrescentada, ao disposto no § 2º deste artigo, a qualificação do portador de diploma de licenciatura plena que comprove possuir requisitos mínimos para a disciplina, como certificados de cursos de artes.

§ 6º Na atribuição os candidatos à admissão deverão apresentar toda documentação exigida no Edital do Processo Seletivo nº 01/2021 item 11.1 (exceto alínea "c") e item 11.2, incluindo 1 foto 3X4, declaração de imposto de renda ou isenção e o horário das aulas que já possuem atribuídas (expedido pela escola – atualizado), não podendo ultrapassar 08 (oito) horas aulas por dia.

§ 7º O candidato à admissão, devidamente classificado no PS nº 01/2021, para disciplina cujas aulas estejam sendo atribuídas de acordo com os parágrafos 1º e 2º deste artigo, será admitido em **caráter excepcional**, até que se apresente candidato habilitado ou, no mínimo, qualificado nos termos dos citados parágrafos, para o qual perderá as referidas aulas.

Artigo 11. A identificação da área da disciplina, a que se condicionam as atribuições de aulas aos não habilitados, ou habilitados em disciplina diversa, previstas nesta resolução, deverá se processar através de análise ao histórico dos cursos, que apresentem, no mínimo, o somatório de 160 (cento e sessenta) horas de estudos de disciplinas afins (conteúdos) da disciplina que será atribuída, que passará a ser identificada como disciplina correlata.

Artigo 12 - A atribuição de aulas dos cursos de Educação de Jovens e Adultos - E.J.A. far-se-á juntamente com as aulas do ensino regular, observados os mesmos critérios de habilitação e de qualificação docentes, e deverá, em razão da semestralidade do curso, realizar-se em dois momentos distintos: um precedente ao primeiro termo, no processo inicial; e o outro, ao início do segundo termo, caracterizada como atribuição durante o ano.

Parágrafo único - Considera-se como término do primeiro termo do curso, o primeiro dia letivo do segundo termo.

Artigo 13. As Salas de Recursos Multifuncionais, salas da APAE e a vaga de Auxiliar para Atendimento Educacional Especializado e/ou Cuidador Especialista **deverão** ser atribuídas a docentes e candidatos devidamente habilitados, portadores de diploma de Licenciatura Plena em Pedagogia com Pós-graduação "*lato sensu*" em Educação Especial (com carga horária mínima de 600 horas).

§ 1º Deverá ser observado o conteúdo programático da Pós-graduação do docente que concorrer à atribuição de Auxiliar para Atendimento Educacional Especializado, levando em consideração



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Howard, nº 200 – Centro - Buri/SP - CEP 18290-000

Fone: (15) 3546-2405/3546-3391

E-mail: educacao@buri.org.br

o que consta na sentença judicial (exemplo: Auxiliar para Atendimento Educacional Especializado habilitado ao sistema de escrita e leitura táteis – método “Braille”).

§ 2º No caso de não haver carga horária da especificidade exigida na sentença judicial no conteúdo programático do curso de Pós-graduação apresentado, o docente deverá apresentar certificado de Especialização, Aperfeiçoamento ou Atualização, reconhecido pelo MEC que perfaça uma carga horária mínima de 160 (cento e sessenta) horas, portanto, o docente que apresentar a maior carga horária terá tais aulas atribuídas.

§ 3º O auxiliar poderá ter atribuído um ou mais alunos para atendimento educacional especializado, não sendo necessariamente, em regime de exclusividade conforme decisões judiciais.

SEÇÃO V
Do Cadastramento

Artigo 14. Farão parte da classificação todos os aprovados no PS nº 01/2021.

Parágrafo único. A SME poderá realizar no decorrer do ano letivo, se necessário, um cadastro por tempo de serviço.

Artigo 15. A primeira atribuição geral do decorrer do ano, que se fará a todos os classificados devidamente habilitados nos distintos campos de atuação, será realizada em nível de SME, oferecendo-se as classes e as aulas ainda remanescentes do processo inicial.

Artigo 16. A atribuição de que trata o artigo anterior e também as demais atribuições que vierem a ocorrer durante o ano, em nível de SME, deverão observar a ordem de classificação por tratar-se de contratação (conforme Anexo I desta Resolução), por campo de atuação e por faixas de situação funcional, sempre com simultânea aplicação da ordem de prioridade dos níveis de habilitação e qualificação docentes, a serem sequencialmente esgotados.

SEÇÃO VI
Da Atribuição Durante o Ano

Artigo 17. A atribuição de classes, aulas e turmas do Ensino Fundamental de Projeto de Recuperação, desde que homologados, far-se-á, no processo regular de atribuições de classes e aulas durante o ano, pela Comissão de atribuição da SME, primeiramente aos docentes titulares, em forma de carga suplementar.

§ 1º Na atribuição do Projeto de Recuperação deverão ser observadas a habilitação em Alfabetização (PEB I) e Língua Portuguesa ou Matemática (PEB II) de acordo com o Projeto apresentado.

§ 2º A atribuição de que trata os parágrafos anteriores deverá ser precedida de identificação das necessidades de formação das turmas, de acordo com a legislação específica, e far-se-á com aulas livres.

§ 3º A atribuição de aulas de Projetos ocorrerá até o término do 2º bimestre (1º semestre), podendo ser prorrogado por igual período, a pedido do diretor de escola, ouvido o Conselho de Classe, com parecer do Conselho de Escola.

§ 4º Os docentes que tiverem atribuídas turmas de Projeto de Recuperação deverão demonstrar rendimento e manter a frequência dos alunos (mínimo de 12 alunos), caso isso não ocorra, o docente perderá as turmas que lhe foram atribuídas, ficando impedido de participar de atribuições de Projeto de Recuperação durante o ano letivo de 2022.

Artigo 18. As turmas de Atividades Curriculares Desportivas (Turmas de Treinamento), com carga horária semanal de, no mínimo, 2 (duas) e no máximo 3 (três) horas de duração por turma, deverão ser atribuídas a docentes devidamente habilitados e no caso de a pandemia ter acabado, portadores de diploma de licenciatura plena em Educação Física com CREF, observando-se que, durante o ano após formação de turmas e homologação da SME, a atribuição far-se-á preferencialmente aos titulares de cargo da UE, a título de carga suplementar de trabalho, podendo o docente trocar as aulas da carga suplementar do Processo Inicial de Atribuição por aulas do Projeto de Atividades Curriculares Desportivas.

§ 1º Esgotadas as possibilidades de atribuição aos titulares de cargo, em nível de UE e também de SME, as turmas de Atividades Curriculares Desportivas, que remanescerem, poderão ser atribuídas a candidatos à admissão devidamente habilitados.

§ 2º Os docentes que tiverem atribuída turmas de Atividades Curriculares Desportivas deverão manter um mínimo de 12 alunos frequentando, caso contrário, o docente titular perderá a carga suplementar e o ocupante de função-atividade a carga horária que lhe foi atribuída.

Artigo 19. A atribuição de classes e aulas durante o ano far-se-á, em nível de SME, em conformidade com os artigos 7º, 9º, 10 e 13 desta resolução.

SEÇÃO VII
Das Disposições Finais

Artigo 20. O docente, inclusive o titular de cargo, com relação à carga suplementar, e o ocupante de função-atividade, com relação à carga horária, que não comparecer ou não se comunicar



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Howard, nº 200 – Centro - Buri/SP - CEP 18290-000

Fone: (15) 3546-2405/3546-3391

E-mail: educacao@buri.org.br

com a unidade escolar, no primeiro dia de aula estabelecido no quadro de horário, será considerado desistente e perderá a classe ou as aulas, ficando impedido de concorrer à nova atribuição no decorrer do ano.

Artigo 21. Poderá haver desistência de aulas anteriormente atribuídas, na carga suplementar do titular de cargo ou na carga horária do ocupante de função-atividade, nas situações de:

I - o docente vier a prover novo cargo público, de qualquer alçada, em regime de acumulação;

II - atribuição, com aumento ou manutenção da carga horária, em uma das unidades em que se encontre em exercício, a fim de reduzir o número de escolas;

III - atribuição, com aumento da carga horária, em unidade escolar distinta.

Parágrafo único. O docente que pretender desistir de parte das aulas que lhe tenham sido atribuídas, na carga suplementar, se titular de cargo, ou na carga horária, se ocupante de função-atividade, em situação diversa das previstas nos incisos deste artigo, deverá apresentar-se na SME, informando sua decisão para registro em livro próprio.

Artigo 22. O docente admitido com classe ou aulas para as quais não possua licenciatura plena perderá, a qualquer tempo, a classe ou as aulas anteriormente atribuídas, na existência de candidato portador de licenciatura plena correspondente, quando o mesmo requerer com a devida justificativa (necessário documento comprobatório) de sua ausência na atribuição, sendo então, analisada pela Comissão, que deverá deferir ou indeferir o pedido, excetuado o caso de portador de diploma de licenciatura curta com aulas atribuídas no ensino fundamental.

Artigo 23. Fica expressamente vedado à atribuição de classes ou aulas:

I - a partir de 1º de dezembro do ano letivo em curso, exceto se em caráter eventual ou para constituição obrigatória de jornada do titular de cargo;

II - ao docente que tenha sido dispensado pelo titular da Pasta, no ano letivo em curso, quando a bem do serviço público, ficará impedido nos anos subsequentes;

III - para fins de admissão em situação de acúmulo, ao funcionário/servidor público municipal que se encontre em licença para tratar de interesses particulares, na conformidade da legislação em vigor;

IV - ao docente que tenha desistido de parte de suas aulas ou pedido dispensa da função, durante o ano letivo de 2022, ficará impedido até o final do referido ano;

V - aos docentes contratados no ano letivo de 2021 e que permaneceram de licença por mais de sessenta dias ou no somatório dos afastamentos, ficarão impedidos de participar da atribuição para o ano letivo de 2022, exceto licença gestante e portadores de neoplasia maligna em decorrência do tratamento.

VI - ao docente que faça parte do grupo de risco em virtude da pandemia e/ou se encontre em licença ou afastamento, a qualquer título.

Artigo 24. A acumulação de dois cargos poderá ser exercida, desde que:

I - o somatório das cargas horárias dos cargos, não exceda o limite de 68 (sessenta e oito) horas, quando ambos integrarem o Quadro desta Secretaria Municipal de Educação;

II - haja compatibilidade de horários, consideradas, no cargo, também os HTPCs, integrantes de sua carga horária;

III - seja previamente publicado ou documentado Ato Decisório favorável ao acúmulo.

§ 1º A responsabilidade pela legitimidade da situação do docente, em regime de acumulação, é da autoridade que conceder o exercício do segundo cargo/função.

§ 2º Observado os requisitos legais e as disposições deste artigo, poderá o docente contratado atuar em regime de acumulação remunerada, com a situação de ocupante de função-atividade em outro campo de atuação.

§ 3º Ao titular de cargo docente é vedada a atribuição de classe ou de aulas na situação de ocupante de função-atividade ou de docente contratado, em face da ausência de amparo legal para este tipo de acumulação no âmbito desta Secretaria.

Artigo 25. O docente, inclusive o titular de cargo, com relação à carga suplementar, e o ocupante de função-atividade, com relação à carga horária, que faltar às aulas de uma determinada classe, no(s) dia(s) estabelecido(s) em seu horário semanal de trabalho, por 3 (três) aulas seguidas ou 5 (cinco) aulas interpoladas na mesma classe, perderá as aulas correspondentes, ficando impedido(a) de concorrer à nova atribuição para o ano letivo 2022.

§ 1º Os docentes que não tiverem suas faltas justificadas, perderão automaticamente as aulas das classes em que ocorreu o fato. Havendo justificativa das faltas, as mesmas deverão ser encaminhadas pelo Diretor de Escola para a Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º O docente titular que faltar consecutivamente em uma determinada classe onde as aulas são constituição de jornada sem falta justificada, terá sua jornada reduzida automaticamente em decorrência das faltas e prejuízo aos alunos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Howard, nº 200 – Centro - Buri/SP - CEP 18290-000

Fone: (15) 3546-2405/3546-3391

E-mail: educacao@buri.org.br

§ 3º O docente contratado só terá direito a falta abonada se o afastamento que teve atribuído for a partir de 60 (sessenta) dias, levando em consideração que a cada período de 60 (sessenta) dias contratado corresponde a uma abonada. Exemplo: o docente teve atribuído um afastamento de 90 (noventa) dias, o contratado terá direito a uma falta abonada nesse período.

Artigo 26. O docente que faltar às reuniões de HTPC por 3 (três) semanas seguidas ou 5 (cinco) semanas interpoladas, terá encaminhado pelo diretor de escola suas faltas (por ofício para SME) para as devidas providências.

Artigo 27. Compete ao Diretor de Escola autorizar o exercício, após verificar junto a Secretaria Municipal de Educação se o candidato entregou a documentação necessária para a admissão.

Artigo 28. Todos os classificados no PS nº 01/2021, se interessados na contratação por tempo determinado deverão comparecer às atribuições de aulas, classes e turmas que ocorrerão no decorrer do ano letivo de 2022, na SME, para os PDIs às 8h30min, aos PEB I às 09h, aos PEB II às 9h30min e aos Professores de Educação Especial para atribuição de SRM, APAE e Auxiliar para Atendimento Educacional Especializado às 10h, **todas as quintas-feiras.**

§ 1º Na quinta-feira que houver feriado, a atribuição deverá ser feita no próximo primeiro dia útil.

§ 2º A convocação ocorrerá por meio de publicação no site da www.educacao.buri.org.br do saldo das classes ou aulas para atribuição, sendo que se subentende que **TODOS** os candidatos aprovados no Processo Seletivo deverão comparecer à SME e estarão concorrendo respeitando-se a classificação final, sendo obrigação do candidato classificado apresentar no ato da atribuição toda documentação exigida. É de responsabilidade do candidato aprovado manter-se informado quanto ao saldo de classes e aulas para atribuição, onde deverá participar.

Artigo 29. O saldo de aulas a ser atribuído, deverá ser protocolado na SME até 4ª feira, às 11h, sendo de responsabilidade do candidato tomar conhecimento dessas aulas/classes a serem atribuídas.

Artigo 30. Haverá convocações através de telefone ou pessoalmente para substituições eventuais (inferiores a 30 dias), devendo o candidato classificado no PS nº 01/2021 manter atualizado seus dados cadastrais.

Artigo 31. Os recursos referentes ao processo de atribuição de classes e aulas não terão efeito suspensivo nem retroativo e deverão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis após a ocorrência do fato motivador, dispondo a autoridade recorrida de igual prazo para decisão.

Artigo 32. Todos os contratados poderão ser dispensados no caso de a Pandemia resultar em fechamento das escolas municipais em virtude de "novo contágio em massa", considerando que o auxiliar para atendimento educacional especializado é determinado pelas vias judiciais para que atuem **em sala de aula** e não havendo frequência presencial do aluno especial o professor deverá ser dispensado, os PEB I e PEB II que tiverem projetos especiais atribuídos só atuarão em regime de aulas presenciais.

Artigo 33. Os titulares de cargos considerados excedentes nas respectivas Unidades Escolares serão classificados em nível de SME para que lhes sejam atribuídas as classes ou aulas necessárias ao cumprimento de sua jornada de trabalho em outra escola.

Parágrafo único. Os docentes excedentes não atendidos poderão trabalhar em campo de atuação distinto e/ou disciplina diversa, desde que habilitados, evitando com isso, que se tornem adidos.

Artigo 34. O docente declarado adido deverá cumprir sua carga horária de trabalho conforme determinação da SME, sendo lotado na referida secretaria.

Artigo 35. Os docentes readaptados ou em desvio de função ficarão lotados na SME, podendo ser designados para as Escolas Municipais conforme necessidade da municipalidade.

Artigo 36. Casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Atribuição (ANEXO IV).

Artigo 37. Esta Resolução entra em vigor a partir da Atribuição para Titulares de Cargos para o ano letivo de 2022, ficando revogada a Resolução nº 06/2020, de 30 de novembro de 2020.

Ana Alice de Oliveira Lima
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Howard, nº 200 – Centro - Buri/SP - CEP 18290-000

Fone: (15) 3546-2405/3546-3391

E-mail: educacao@buri.org.br

ANEXO I

(Conforme Artigo 10 desta Resolução)

Serão classificados em nível de Secretaria Municipal de Educação, para atribuição de classes, aulas e turmas, com observância ao campo de atuação indicado nas respectivas inscrições; os candidatos à admissão, na seguinte ordem de prioridade:

FAIXA I - Classificados no Processo Seletivo nº 01/2021 de acordo com a classificação por campo de atuação, incluindo-se os Títulos e Tempo de Serviço.

FAIXA II – Cadastro por Tempo de Serviço.



ANEXO II

Haverá compatibilidade de horários quando:

- I - comprovada a possibilidade de exercício dos dois cargos, empregos ou funções, em horários diversos, sem prejuízo do número regulamentar de horas de trabalho de cada um;
- II - mediar, entre o término do horário de um cargo, emprego ou função e o início do outro, pelo menos meia hora de intervalo, se no mesmo município, salvo se no mesmo estabelecimento e de 1 (uma) hora, se em municípios com limite de até 60 km;
- III - mediar, entre o término do horário de um cargo, emprego ou função e o início do outro, pelo menos 2 (duas) horas de intervalo, se em municípios de 60 km a 100 km ;
- IV - comprovada a viabilidade de acesso aos locais de trabalho pelos meios normais de transporte.

A autoridade competente para expedir declaração sobre horário de trabalho do servidor em acumulação remunerada é o diretor de escola de sua unidade de exercício.

Se as unidades de exercício do servidor situarem-se próximas uma da outra, os intervalos exigidos no item II poderão ser reduzidos até o mínimo de 15 (quinze) minutos, a critério do diretor de escola, que será responsável pela verificação do cumprimento regular dos respectivos horários de trabalho.

O nomeado, admitido ou contratado no serviço público deverá declarar, sob pena de responsabilidade, se exerce outro cargo, emprego ou função na Administração Pública Direta, Indireta ou fundacional da União, Estados ou Municípios, indicando qual o cargo, local e o horário de trabalho.



ANEXO III – A

CRONOGRAMA DE ATRIBUIÇÃO

Local de Atribuição: As Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental I realizarão a atribuição de classes em suas Unidades Escolares, em virtude da pandemia.

14/12/2021 – Titulares de Cargos

8h30min - Fase 1 - de Unidade Escolar - Titulares de cargo para Constituição de Jornada de Trabalho (PDI e PEB I)

- a) dos classificados na unidade escolar.

Local de Atribuição: As Escolas Municipais de Ensino Fundamental II realizarão a atribuição de classes na Escola Municipal Professora Haydée Ferreira Arato.

8h30min - Fase 1 - de Unidade Escolar - Titulares de cargo para Constituição de Jornada de Trabalho (PEB II – EM Professora Elisa Martirani Winkler)

- a) dos classificados na unidade escolar.

9h - Fase 1 - de Unidade Escolar - Titulares de cargo para Constituição de Jornada de Trabalho (PEB II – EM Professora Haydée Ferreira Arato)

- a) dos classificados na unidade escolar.

9h30min - Fase 1 - de Unidade Escolar - Titulares de cargo para Constituição de Jornada de Trabalho (PEB II – EM Professora Sueli Aparecida Monteiro Nogueira Rodrigues)

- a) dos classificados na unidade escolar.

13h - Fase 2 - de Secretaria Municipal de Educação - Titulares de cargo Professor de Educação Especial para Sala de Recurso Multifuncional, PDI, PEB I e II, para: Constituição de Jornada de Trabalho e Excedentes, na seguinte ordem:

- a) a docentes não totalmente atendidos na Fase 1 (na disciplina específica do cargo);
b) a docentes não atendidos na alínea “a” (na disciplina não específica da licenciatura do cargo - que conste no histórico o mínimo de 160 horas de estudos);
c) a docentes não atendidos nas alíneas “a” e “b” (em disciplinas decorrentes de outra licenciatura plena.
d) Ampliação de Jornada de Trabalho.

14h - Fase 1 - de Unidade Escolar - Titulares de cargo para:

- a) Carga Suplementar de Trabalho.

14h30min - Fase 2 - de Secretaria Municipal de Educação - Titulares de cargo para:

- a) Carga Suplementar de Trabalho, não atendida na Fase 1;
b) Carga Suplementar, em outro campo de atuação, não atendida na

Fase 1.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Howard, nº 200 – Centro - Buri/SP - CEP 18290-000

Fone: (15) 3546-2405/3546-3391

E-mail: educacao@buri.org.br

ANEXO III – B

CRONOGRAMA DE ATRIBUIÇÃO PARA OS CANDIDATOS À ADMISSÃO

Local de Atribuição: Escola Municipal Coronel Vitalino de Barros

12/01/2022 – Candidatos à Admissão

8h30min - Fase 2 - de Secretaria Municipal de Educação- **Candidatos à Admissão** para atribuição de carga horária Professor de Desenvolvimento Infantil (PDI).

9h - Fase 2 - de Secretaria Municipal de Educação- **Candidatos à Admissão** para atribuição de carga horária Professor de Educação Básica I (PEB I).

10h - Fase 2 - de Secretaria Municipal de Educação- **Candidatos à Admissão** para atribuição de carga horária Professor de Educação Básica II (PEB II).

11h - Fase 2 - de Secretaria Municipal de Educação- **Candidatos à Admissão** para atribuição de carga horária de Professor de Educação Especial e Auxiliar para Atendimento Educacional Especializado, referente às Salas de Recursos Multifuncionais, APAE e Atendimento Exclusivo (Cuidador).

Atenção:

Os candidatos à admissão deverão apresentar no ato da atribuição toda documentação exigida no Edital do Processo Seletivo nº 01/2021 item 11.1 (exceto alínea "c"), incluindo 1 foto 3X4, declaração de imposto de renda ou isenção.



ANEXO IV

COMISSÃO DE ATRIBUIÇÃO

Presidente: Ana Alice de Oliveira Lima
(Secretária Municipal de Educação)

Membro: Bárbara Martins Guimarães Patriarca
(Supervisora de Ensino)

Membro: Edilene Gomes de Oliveira Baron
(Supervisora de Ensino)

Membro: Lourdes Domingues
(Supervisora de Ensino)

Membro: Benedito da Cunha Florêncio
(Diretor de Escola)

Membro: Emília Thomé Galvão
(Coordenadora Pedagógica)

Membro: Leticia Correa Cassú de Almeida
(Assistente Técnica Pedagógica – Educação Infantil)



PREFEITURA MUNICIPAL DE BURI
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua Carlos Howard, nº 200 – Centro - Buri/SP - CEP 18290-000

Fone: (15) 3546-2405/3546-3391

E-mail: educacao@buri.org.br

ANEXO V

TABELA DE DISCIPLINAS ESPECÍFICAS E NÃO ESPECÍFICAS

| Licenciatura Plena | | Disciplina Específica | Disciplina não Específica |
|------------------------|--------|---|---|
| Nome | Código | Nome | Nome |
| Letras | 257-4 | Língua Portuguesa | Língua Estrangeira |
| Letras | 257-4 | Língua Estrangeira | Língua Portuguesa |
| História | 256-2 | História | Geografia (ver histórico 160 h) Ensino Religioso |
| Geografia | 255-0 | Geografia | História (ver histórico 160 h) |
| Ciências Sociais | 242-2 | Sociologia | História Geografia Ensino Religioso |
| Estudos Sociais | 249-5 | Educação Moral e Cívica (Plenificação) | História Geografia |
| Estudos Sociais | 249-5 | História (Plenificação) | Geografia |
| Estudos Sociais | 249-5 | Geografia (Plenificação) | História |
| Filosofia | 253-7 | Filosofia | História Ensino Religioso |
| Educação Física | 247-1 | Educação Física | ----- |
| Educação Artística | 246-X | Educação Artística | Artes Plásticas Artes Cênicas/Teatro Música Desenho/Design História da Arte |
| Artes Visuais (Arte) | 598-8 | Educação Artística (Indicação CEE – 53/2005) | Desenho/Design Música Dança |
| Artes Plásticas (Arte) | 596-4 | Educação Artística (Indicação CEE – 53/2005) | Desenho/Design Música Artes Cênicas/Teatro Dança |
| Matemática | 239-2 | Matemática | Física |
| Física | 237-9 | Física | Matemática |
| Química | 240-9 | Química | Matemática |
| Ciências | 231-8 | Ciências Fís Biológicas ou Química (Plenificação) | Matemática |
| Ciências | 231-8 | Ciências Fís Biológicas ou Física (Plenificação) | Matemática |
| Ciências | 231-8 | Ciências Fís Biológicas ou Matemática (Plenificação) | ----- |
| Ciências | 231-8 | Ciências Fís Biológicas ou Biologia (Plenificação) | Matemática |
| História Natural | 238-0 | Ciências Fís Biológicas ou Biologia | Biologia Ciências Fís Biológicas |
| Ciências Biológicas | 236-7 | Ciências Fís Biológicas | ----- |
| Ciências Biológicas | 236-7 | Biologia | Ciências Fís Biológicas |
| Ciências Exatas | 505-8 | Matemática (ver diploma) | Química Física Biologia Ciências Fís Biológicas |
| Ciências Exatas | 505-8 | Física (ver diploma) | Química Biologia Ciências Fís Biológicas Matemática |
| Ciências Exatas | 505-8 | Química (ver diploma) | Biologia Ciências Fís Biológicas Matemática Física |

1. Para cursos recentes (posteriores a 1996) ou mesmo para antigos que, por qualquer motivo, suscitem dúvidas, deverão ser observados os respectivos históricos, para confirmação das 160 horas de estudos de disciplinas afins/conteúdos da(s) disciplina(s) não específica(s), constante(s) da presente tabela, nas licenciaturas correspondentes.

2. Quando no histórico de uma licenciatura, for observado o mínimo de 160 horas de estudos de disciplinas afins/conteúdos de determinado componente curricular, diverso do(s) constante(s) nesta tabela, para aquela licenciatura, o componente curricular será identificado como disciplina correlata.

3. Para licenciaturas não constantes desta tabela, a identificação do somatório de 160 horas de estudos de disciplinas afins/conteúdos de uma disciplina integrante das atuais matrizes curriculares, no histórico do curso, vai caracterizá-la como disciplina correlata.

4. As "disciplinas específicas", em suas correspondentes licenciaturas plenas, conforme constam da presente tabela, são exclusivamente as que possibilitam o ingresso em cargos docentes desses mesmos componentes curriculares, na conformidade dos Editais/Instruções Especiais dos concursos públicos promovidos por esta Pasta.

5. Para a disciplina específica e para a(s) não específica(s) de uma licenciatura plena, o histórico do curso (posterior a 1996) deverá trazer de acordo com a atual LDB – Lei nº 9.394/96 - artigo 65, o mínimo de 300 (trezentas) horas de Prática de Ensino/Estágio Supervisionado ~~totalizadas~~ nessas disciplinas.

6. Para comprovar a legitimidade das licenciaturas plenas certificadas nos termos da Resolução CNE nº 2/97, deverá o portador de o certificado apresentar diploma e histórico, em vias originais ou cópia autenticada, do curso de bacharelado ou de tecnologia de nível superior que viabilizou o correspondente curso especial de formação pedagógica.